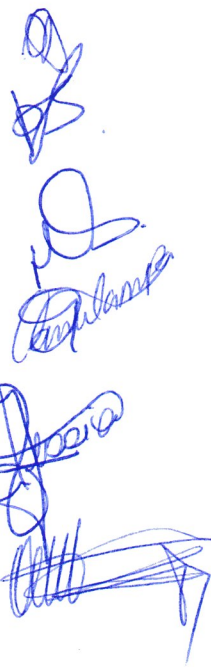


## ATA- 51- CMDPI

Ata de reunião ordinária do Conselho Municipal dos Direitos Da Pessoa Idosa- CMDPI, aos 21 dias de maio de 2024. Presentes na ordinária a Presidente Rosinete José da Silva, a secretária executiva Maria Dayana dos Santos Silva, os conselheiros: Otacílio Vieira de França, Maria José de Almeida, Camila Maria Pereira da Cruz, Amanda Valeça Barbosa da Silva, Jessica Maria da Silva Santos, Herlandia Correia Dias, a contadora Crislane Maria de Paula, a secretária executiva Maria Dayana dos Santos Silva, a coordenadora financeira Maria José Gomes de Sousa Mota as representantes da Zoom Social Inalda Neves Batista e Claudenice Santana. Foi dada a abertura da reunião com as boas vindas pela Presidente Rosinete que agradeceu pela presença de todos os presentes na sede da Associação dos Produtores Agroecológicos e Moradores das Comunidades do Imbé, Marreco e Sítios Vizinhos, em seguida Maria Dayana fez a leitura da Ata 50 e informou que o Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa e Idosa e o Fundo Municipal dos Direitos da Pessoa Idosa, está passando por auditoria junto ao Tribunal de Contas de Pernambuco recebendo visitas do auditor José Carlos Lucena de Albuquerque para análise das prestações de contas do FMDPI dos projetos financiados pelo mesmo, tomando a palavra o conselheiro Otacílio Vieira agradeceu pela informação prestada, Dando sequência a Coordenadora Financeira Maria Mota, fez a apresentação da prestação de contas do Fundo Municipal de Direitos da Pessoa Idosa dos meses de janeiro a abril de 2024. Diante da apresentação das contas o conselheiro Otacílio Vieira, questionou o pagamento de R\$1.800,00 (mil e oitocentos reais) referente a publicação do processo licitatório, a Coordenadora Financeira Maria Mota explicou que ao entrar no processo licitatório, se faz necessário o pagamento dessa despesa específica para a publicação. Em seguida Inalda Batista, representante da Zoom Social explicou que após realizar uma análise do Chamamento Público 001/2021, observou a necessidade de encerrar o chamamento público em vigor e formular um novo chamamento público mais completo , identificou ainda que no município tem 55 entidades cadastradas no site da receita federal, sendo que grande parte talvez não esteja regular hoje, tomando a palavra a Conselheira Veronice, disse que grande parte dessas entidades são as associações de Maracatu, que muitas vezes fecham as portas ou são vendidos por falta de informações e investimentos, visto que muitos dos presidentes de maracatu tem pouca instrução, não sabendo como conseguir recursos para continuar com o brinquedo. A conselheira Camila disse ter visto muito isso acontecer como por exemplo com a inscrição de projetos na lei de incentivo à cultura Paulo Gustavo, onde muitas associações de maracatu não se inscreveram por falta de instrução e burocracia para se regularizarem. Inalda Batista sugeriu então que se fizesse o levantamento de quantas instituições haveria de fato em Lagoa de Itaenga, para que o conselho ajudasse a se regularizar, para que dessa forma seja possível captar recursos para o desenvolvimento de projetos sociais e culturais. Continuando a secretária Maria Dayana colocou em votação a resolução que estabelece valor teto de R\$ 4.500,000,00( quatro milhões e meio de reais) para os projetos sociais



apresentados no prazo de 2 anos para captação de recursos, que excedendo o tempo estabelecido o projeto deve ser renovado e apresentado, sem que haja mais prorrogação de certificado de captação, a resolução trata também do período de apresentação dos projetos e planos para avaliação das comissões pedagógicas e financeira ficando estabelecido o prazo de 30 dias de antecedência para a apresentação de tais projetos, e trata por fim que os projetos que excederem o valor do certificado, o valor excedente ficará no Fundo Municipal dos Direitos da Pessoa idosa para o financiamento de projetos menores através de editais. Sendo aprovado por todos os conselheiros presentes. Dando continuidade tomou a palavra a secretária Maria Dayana informando que durante o mês de junho será realizado o recadastramento das entidades da sociedade civil no Conselho e que seria enviado um ofício lembrando as entidades do recadastramento, visto que a atualização dos dados e documentações é de responsabilidade da Instituição. Informou ainda que algumas instituições estão descumprindo o que foi acordado anteriormente através de resolução, que trata do cronograma de atividades e dos dados dos usuários dos programas e projetos, após o repasse dessas informações a Presidente Rosinete agradeceu a presença de todos e deu por encerrada a reunião. Sem mais para o momento dou por lavrada a presente ata que lida e aprovada vai por todos os conselheiros assinada.

Lagoa de Itaenga, 21 de maio de 2024.

Maria José de Almeida Rosinete José da  
Silva, Kerlandei de Silva dos, Camila Maria Pereira  
da Cruz, Rosinete Maria da Silva, Santoma, Gacilio Fuma  
el Fuma